



## **Mídia impressa e visibilidade a temas relacionados ao universo infanto-juvenil: primeiras aproximações<sup>1</sup>**

Jaqueline da Silva TORRES<sup>2</sup>  
Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Campus de Picos, PI

### **RESUMO**

O texto analisou os temas relacionados ao universo infanto-juvenil que foram agendados pelos jornais Diário do Povo, O Dia e Meio Norte, na cidade de Teresina – PI, no mês de janeiro de 2010. Trata-se de um estudo comparativo, com o objetivo de identificar os principais temas abordados pelos periódicos. Para tanto, o texto percorreu a legislação que ampara as crianças e os adolescentes e, em seguida esboçou como as notícias foram visibilizadas pelos diários. Com o auxílio da análise de conteúdo, todas as matérias que retrataram as crianças e os adolescentes foram quantificadas e classificadas quanto ao seu comprometimento e a sua contextualização. A partir desses pontos, constataram-se as diferenças e similaridades existentes entre os periódicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Adolescente; Criança; Jornalismo Impresso.

### **Introdução**

A proposta deste trabalho foi a de apresentar as discussões iniciais de uma pesquisa em desenvolvimento no Curso de Comunicação Social da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, campus de Picos intitulada “A criança e o adolescente nos impressos de Teresina: as dimensões discursivas do universo infanto-juvenil nas páginas dos jornais Diário do Povo, o Dia e Meio Norte”.

A idéia da pesquisa surgiu com a leitura do relatório “Infância na Mídia: a criança e o adolescente no olhar da imprensa brasileira”, organizado em 2005 pela Agência de

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Divisão Temática de Jornalismo do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Maceió realizado de 15 a 17 de junho de 2011.

<sup>2</sup> Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Professora Assistente DE do Curso de Comunicação Social da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, campus de Picos.



Notícias dos Direitos da Infância (ANDI). O material que nos serviu como apoio metodológico, realizou nos anos de 2003 e 2004, com 60 jornais de todo o país e 10 revistas de circulação nacional, uma análise do comportamento editorial da imprensa brasileira quando retrataram a criança e o adolescente em suas páginas. No Estado do Piauí, os impressos que fizeram parte da amostra foram os jornais O Dia e o Meio Norte.

Assim, surgiram as primeiras indagações: e por que não analisar o jornal Diário do Povo – o outro jornal de circulação diária no Piauí? Há diferenças entre os três? A referida pesquisa se delimitou a focar, de modo quantitativo, os temas e sub-temas que fizeram parte da agenda jornalística quando os impressos retrataram o universo infanto-juvenil, a frequência com que eles compareceram ao discurso e as fontes consultadas. E por que não trabalhar os discursos que foram produzidos? Suas produções de sentidos? Ressaltamos que, no presente artigo não trabalharemos com esta abordagem.

Dentre os vários assuntos abordados pelos meios de comunicação, os temas relacionados à infância e a adolescência ocupam hoje uma posição central nas discussões midiáticas. De acordo com a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), essa crescente importância está relacionada diretamente à criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990.

É por ocupar com notável regularidade os espaços midiáticos quando versam sobre acidentes, consumo, sexualidade, drogas, educação, trabalho infantil, violência e entre outros, que o presente artigo tem o propósito de contribuir para a identificação dos principais assuntos abordados pelos periódicos, como também suas formas de contextualização e comprometimento com as matérias publicadas, comparando-os.

Para atendermos os objetivos aqui propostos, analisaremos os jornais Diário do Povo, O Dia e Meio Norte no período de 01 a 31 de janeiro de 2010. A amostra foi composta de todas as matérias, colunas, artigos e editoriais, que envolviam direta ou indiretamente crianças e jovens de até 18 anos de idade. Para responder às questões relacionadas à frequência dos temas abordados, a contextualização e ao comprometimento com as matérias publicadas, codificando e categorizando tais questões, recorreremos à Análise de Conteúdo por entender que é um:



método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação (HERSCOVITZ, 2007, p 126 – 127)

A autora ressalta ainda que o método da Análise de Conteúdo pode ser utilizado para “detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramento e agendamento” (HERSCOVITZ, 2007, p 126 – 127).

### **De quem estamos falando?**

Um dos primeiros documentos legais que amparou a criança e o adolescente foi o Código de Menores implantado em 1927, também conhecido como Código Mello Mattos, nome do primeiro Juiz de menores da América Latina. De acordo com o Sindicato de Supervisores do Magistério no Estado de São Paulo – APASE (2009, p.1), a concepção do Código de Menores era “‘higienista’, baseava-se na segregação e confinamento daquele que fosse considerado doente”. Ele era instrumento de proteção e vigilância apenas se a criança ou o adolescente tivesse sido abandonado pela família ou cometido infrações.

Assim, o Código de Menores era direcionado a criança e ao adolescente que dependia da proteção do Estado e definia em seu Artigo 1º, que:

O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinqüente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas nesse Código (CÓDIGO DE MENORES, 1927)

O código definia as diretrizes para o trato da infância e adolescência da época, revestindo de poderes a figura do juiz, auxiliado pelo Conselho de Assistência e Proteção aos Menores.

Não se pode negar que o Código avançou no que se refere à proteção e a assistência do “menor”. Foi nos anos 70 que acirrou as posições divergentes a respeito



da “oficialização de um Direito Menorista *versus* uma legislação que contemplasse a garantia dos direitos dos menores”(APESE, 2009, p. 2). A oficialização do Direito do Menorista saiu fortalecida e, em 1979 foi promulgada a Lei nº 6.697/1979 que instituiu o novo Código de Menores.

O novo Código era um instrumento de controle social da infância e da adolescência vítimas da transgressão e omissão não só da família – como em 1927 –, mas também da sociedade e do Estado em seus direitos básicos. Foi nesse contexto que se introduziu o conceito de "menor em situação irregular" e outras terminologias utilizadas como: “menor abandonado”, “menor carente” e “menor delinqüente”.

Mas as denúncias de que o código ainda era frágil quanto à proteção da criança e do adolescente e o fortalecimento e a organização da sociedade, criando movimentos de incentivo a luta a favor dos direitos daqueles, corroborou para que novas medidas de assistência passassem a ser estudadas.

O projeto composto por 267 artigos foi instituído pela Lei n 8.069 de 13 de julho de 1990. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) tem seus pressupostos baseados na Convenção das Nações Unidas a respeito do Direito da Criança e do Adolescente e derrubou as concepções anteriores a respeito do assunto, ao revogar as Leis nº 4.513/1964 e nº 6.697/1979 (Código de Menores). O Estatuto passou a ser um instrumento de “desenvolvimento social, voltado para o conjunto da população infanto-juvenil do país garantido proteção especial àquele segmento considerado de risco social e pessoal” (PEREIRA, 1998).

O ECA criou instâncias de fiscalização (Conselhos de Direitos, Estado e Sociedade e Conselhos Tutelares), podendo estas utilizar os mecanismos de defesa e proteção dos interesses difusos e coletivos para caso de omissão e transgressões por parte das autoridades públicas. Para Garrido (2004, p. 1): “ O Estatuto é um instrumento ‘de transformação’ da realidade, mas é a prática em sociedade que trará a efetivação da lei”.

A partir da criação do ECA, surgiram pólos de monitoração das práticas jornalísticas no país, com o objetivo principal de evitar a exposição de crianças e adolescentes na mídia, principalmente nos casos em que estes estão envolvidos na prática de “conflito com a lei”. Um projeto que contribui para que os direitos desse segmento da sociedade não sejam violados.



## **A visibilidade das notícias através do jornalismo impresso**

A notícia é um processo de construção de sentidos resultado da ação dos operadores midiáticos que definem e redefinem as normas de sua produção. Ao inserir-se no cotidiano das pessoas, a notícia provoca uma “discrepância com os sentidos hegemônicos, gera ambigüidades, gera uma desordem simbólica” (MOTTA, 2002). Isso porque ao circular, a notícia aproxima o não-comum ao universo do leitor. Ao apresentar uma violência contra uma criança, por exemplo, a notícia aproxima o leitor de um conteúdo estranho que contrasta com o curso natural das coisas que é cuidar, amparar e proteger a criança.

Tal aproximação provoca estranheza, choque e inquietações ao representar aquilo que não estamos habituados ou que não faz parte dos parâmetros ditos aceitáveis. Uma violência, um acidente, a exploração do trabalho infantil, a morte de crianças e jovens, o abuso e a exploração sexual, provocam a compreensão de algo fora do comum, que não deveria ter ocorrido, ocorreu.

Notícia é o incompreendido, o que não dominamos, é o caráter selvagem da vida. Por trazer o desconhecido ou o inexplicado para o mundo dos sentidos familiares, a notícia provoca ambigüidade de sentidos, confunde-nos, desorienta-nos em princípio. Gera o imaginário da perplexidade e do medo. (MOTTA, 2002, p. 6)

Assim, a notícia assume o papel de ser o dispositivo discursivo onde a sociedade conhece, vigia e precavi os rompimentos com as regras preestabelecidas. Motta (2002, p. 6) cita Imbert (1992) para relatar que esses mecanismos de vigília e de precaução funcionam em nossa sociedade na medida em que os meios de comunicação criam e propagam uma sensação “generalizada de perigo constante e de insegurança”. É nesse contexto que a “lógica jornalística sensacionalistas (da percepção de algo anormal ou incomum, em certos fatos) se junta à lógica midiática (dramatização excessiva no relato das ocorrências, a teatralização ou a ficcionalização do real)” para se perpetuar diferentes formas de experimentação da realidade.

Traquina (1999, p. 169) define a notícia como “o resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias)”. As notícias são resultado de um



processo que envolve negociações e disputas. Assim, podemos afirmar que o jornalismo comunica, servindo como mediador da sociedade, como fornecedor de uma determinada visão do mundo para que o público oriente sua ação.

Resultado da necessidade da narração do que não é observado diretamente pelas pessoas, as notícias são relatos jornalísticos dos acontecimentos. Relatos esses que Tuchman (1999) considera como um ato de construção da realidade e não uma imagem da realidade. Esta consideração é partilhada por vários pensadores da comunicação: “Embora as notícias não sejam ficção, são uma ‘estória’ sobre a realidade, não a realidade em si” (Bird e Dardenne, 1999, p. 276).

Assim o campo do jornalismo se ancora em algumas formas narrativas utilizadas pelos jornalistas para organizar o acontecimento, os modos específicos de se contar uma “estória” na intenção de pôr o produto “notícia” à venda (MEDINA, 1988). Wolf (2001) classifica quatro critérios de relevância para estabelecer a noticiabilidade de um acontecimento. São eles: o próprio conteúdo esperado das notícias; a disponibilidade de matéria-prima; o perfil do público-alvo e a concorrência enfrentada em cada meio.

O primeiro eixo está relacionado diretamente a importância e ao interesse da notícia. A importância é determinada de acordo com: o grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento – “quanto mais o acontecimento disser respeito às pessoas de elite, mais provavelmente se transformará em notícias”; ao impacto sobre o interesse nacional – “capacidade [que a notícia tem] de influir ou de incidir no interesse do país”, à quantidade de pessoas que o acontecimento envolve e à relevância do acontecimento diante dos prováveis outros fatos na perspectiva da evolução futura de determinada situação (WOLF, 2001, p. 179 – 184).

Já o segundo eixo está relacionado à disponibilidade de materiais, ou seja, se há matéria-prima disponível, considerando-se os recursos possuídos pelo jornalista. De acordo com Wolf (2001, p. 185) tais critérios “são aplicados a cada notícia, mas quanto menos importante é a notícia, mais eles entram em jogo na sua avaliação”. O terceiro eixo ancora-se na imagem que os jornalistas de determinado meio de comunicação têm de seu público-alvo.

E o quarto eixo relaciona-se à avaliação da provável ação da concorrência que tanto pode proporcionar a competição por furos jornalísticos como também desestimular a competição na apresentação das notícias visto que “poderiam suscitar



objeções por parte dos níveis hierárquicos superiores, o que por sua vez, contribui para a semelhança das coberturas informativas entre noticiários ou jornais concorrentes” (WOLF 2001 apud Gans, 1999, p 177).

### **A criança e o adolescente na mídia impressa**

A análise ocorreu no período de 01 a 31 de janeiro de 2010, com os três jornais impressos que circulam diariamente na cidade de Teresina, são eles: Diário do Povo, O Dia e Meio Norte. Primeiro, realizamos um recorte/mapeamento de todas as matérias, colunas, artigos e editorias que discorriam sobre criança e adolescentes de até 18 anos de idade.

Nessas primeiras observações, pudemos contatar que, no primeiro mês do ano, foi publicado nos três impressos, um total de 81 notícias sobre criança e adolescente. Dessas, 19 (correspondente a 23,46%) foram no jornal Diário do Povo; 24 (correspondente a 29,63%) no O Dia e, 38 notícias (correspondente a 46,91%) no Meio Norte. Isso justifica a escolha da ANDI em 2003 em realizar a pesquisa nos dois jornais que mais falaram sobre a criança e o adolescente. Nesse mapeamento, dos 54 jornais analisados, o Meio Norte ficou em 8º lugar, perdendo apenas para: Folha de São Paulo; O Globo – RJ; Correio Brasiliense; Estado de Minas; Hoje em Dia – MG; Zero Hora – RS e A Tarde – BA. Já o jornal O Dia, ficou em 16º. Percebemos que, o Meio Norte mesmo depois de oito anos, entre o mapeamento da ANDI e a nossa pesquisa, apresenta grande frequência de publicações, uma média de 1,3 matérias diárias.

Dentre as temáticas mais abordadas pelos impressos e comuns a todos, em ordem decrescente foram: Violência; Saúde; Acidente; Internacional; Meio Ambiente e Educação.

### **Violência**

O volume de matérias envolvendo criança e adolescente na temática violência representou 27,2% (correspondente a 22 notícias) das publicadas durante o mês de janeiro. A maior parte dessa cobertura 72,7% (16 inserções) foi centrada nas situações em que crianças e adolescentes foram as vítimas, e, 27,3% (6 inserções) como agentes.



Das publicações onde apresentou as crianças e adolescentes como vítimas, podemos destacar as notícias que relataram homicídios e tentativas de homicídios. Assim, percebemos que, numa primeira visada, os impressos demonstraram certa preocupação com as condições de vida dessa parcela da sociedade. Isso também pode refletir a realidade que vivemos atualmente ou, como caracteriza Wolf (2001) a grande disponibilidade de acontecimentos sobre o assunto em questão.

A pesquisa realizada pelo Instituto Sangari<sup>3</sup> relatou que taxa de homicídios registrada na população jovem do País passou de 30 a cada 100 mil jovens, em 1980, para 52,9 a cada 100 mil em 2008. Um aumento de 77% no número de jovens vítimas de homicídios na última década, o que justifica também um aumento no número de matérias sobre o assunto.

Das matérias onde a criança e o adolescente apresentaram-se como agentes, podemos destacar as notícias de tentativa de homicídio, roubos e latrocínio. Independentemente de crianças e adolescentes serem retratados como vítimas ou agentes de violência, ressaltamos que qualidade das notícias apresentou deficiências, mesmo sendo o tema de maior visibilidade nos três impressos. Nenhuma das 22 notícias discute soluções para os problemas de violência, não a contextualiza e nem menciona se existe ou quais são as políticas públicas voltadas para o enfrentamento da violência no Estado.

## **Saúde**

O tema Saúde esteve na segunda posição. Das 81 matérias publicadas em janeiro de 2011, 17,3% abordaram essa temática. A questão das viroses, justificada pela chegada das chuvas no início do ano e a falta de saneamento básico, foi retratada em quase 30% das matérias que versam sobre a temática. O interessante é que todos os impressos e em todas as matérias, contextualizam a questão, trouxeram as políticas públicas realizadas pelo Governo do Estado, realizaram campanhas de mobilização em busca de possíveis soluções.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.sangari.com/mapadaviolencia/mapa2010.html>>. Acesso em 20 de abr. 2011.



O mapeamento também verificou questões relacionadas: a saúde materna – focando especificamente os nascimentos de riscos, prevenção e cuidados; a doação de medula – reflexão, contextualização e incentivo à adoção; os medicamentos – denúncia da falta dos medicamentos para crianças excepcionais; a saúde bucal – prevenção; o álcool – projeto de lei que visa educar e conscientizar crianças e adolescentes quanto ao consumo de bebidas alcoólicas.

O que percebemos até aqui é que os impressos se debruçaram de forma satisfatória nas questões acima, de forma a contextualizar, denunciar (quando foi o caso), buscar soluções e apontar as políticas públicas realizadas pelo governo. Ressaltamos que esses tipos de matéria cumprem importante papel social.

Diferente, as pautas relacionadas à questão da AIDS e do Aborto foram pouco apresentados, tanto quantitativamente como qualitativamente. No mês, encontramos apenas uma matéria para retratar cada assunto. Mesmo sendo o jornal que menos veiculou matérias relacionadas ao universo infanto-juvenil, o Diário do Povo foi o único que trabalhou com as duas pautas. Percebemos que os diários continuam não explorando as “pautas ocultas”<sup>4</sup>, como foi apresentado pela ANDI (2005).

## **Acidente**

Em terceiro lugar, o tema Acidente, representou 7,4% (correspondente a 6 notícias) das publicações em janeiro. Das publicações, pudemos constatar que os assuntos relacionados foram: afogamentos, acidentes de trânsito, e acidentes domésticos. Percebemos que a questão do afogamento representa a metade das publicações relacionadas à temática. De modo geral, em nenhum momento foi dada a devida importância aos assuntos. Houve um predomínio do enfoque meramente factual.

---

<sup>4</sup> Quantidade de textos publicados sobre temáticas historicamente pouco exploradas pela imprensa quando foca o universo da infância e adolescência: Acesso ao Trabalho, Adoção, Aids nas matérias sobre Privação de Liberdade, Aids nas matérias sobre crianças e adolescentes em Situação de Rua, Exploração do Trabalho nos Lixões, Inclusão Social de Crianças com Deficiência, Medidas Sócio-Educativas, Meio Ambiente, Mídia de Qualidade, Orientação Sexual, Situação de Rua, Trabalho Infantil Doméstico.



## **Internacional**

Crianças e adolescentes de outros países foram retratados em 5 matérias (correspondente a 6,2%) em janeiro de 2010, ocupando o quarto lugar na temática mais abordada pelos três impressos. O principal enfoque nesse mês foi o rapto de crianças no Haiti após os tremores de terra ocorridos no início de 2010. As denúncias por parte da ONU e do UNICEF não tiveram noticiabilidade (WOLF, 2001) suficientes, pois os jornais Meio Norte e Diário do Povo não se manifestaram sobre o caso. As duas matérias em questão foram publicadas no Diário do Povo.

Os outros temas abordados através da mídia internacional foram: acidente; violência (adolescente como agente) e abuso sexual. Esta última está relacionada aos escândalos sexuais de Silvio Berlusconi (primeiro-ministro da Itália).

## **Meio Ambiente**

O tema Meio Ambiente esteve na quinta posição. Do total de matérias no mês, 4,9% abordaram essa temática. O assunto que prevaleceu foi a precariedade na habitação das crianças e adolescentes devido às chuvas em janeiro. O jornal O Dia foi o único que apresentou de forma satisfatória a precariedade das habitações, contextualizando a questão e falando das políticas de habitações.

## **Educação**

Diferente da pesquisa da ANDI que aponta os assuntos relacionados à Educação de crianças e adolescentes como os mais publicados pelos jornais, nesta pesquisa, encontramos o contrário. Dos temas abordados pelos três impressos, a Educação obteve o menor índice. Foram, durante o mês, 3 notícias (correspondente a 3,7%) que abordaram a participação dos estudantes nas Olimpíadas Brasileiras de Matemática e as outras duas exploraram a educação infantil. Um tema relevante quando se trata de garantir o pleno desenvolvimento intelectual dos cidadãos que não teve a devida importância nos três jornais.



## **Outras Temáticas**

Um tema que mereceu destaque, exceto nas páginas do Diário do Povo, foi o abuso e exploração sexual, foram 4 inserções (correspondente a 4,9% do total). As notícias, nos dois impressos foram apenas para expor o caso à sociedade. Não houve esforço por partes dos diários em fundamentar os fatos noticiados com a legislação pertinente. Também não foi verificada a veiculação de denúncias e a discussão de possíveis soluções.

Verificamos também, temas que apareceram em apenas um dos jornais, como é o caso dos assuntos sobre drogas e deficiências que foram abordados pelo O Dia. Mesmo sendo o único a trabalhar com o assunto, a publicação não foi satisfatório no quesito contextualização e busca de soluções para o problema quando falaram sobre as drogas. Já a deficiência foi tratada de forma positiva no diário. Foram apresentadas as políticas específicas voltadas para a promoção da acessibilidade e para a promoção dos direitos desse público. O jornal destacou a atuação da Secretaria Estadual para a Inclusão da Pessoa com Deficiência (SEID) que é referência em atendimentos para crianças e jovens portadores de deficiências no Estado.

Interessante também foi a ausência de certos temas nos três impressos como: as questões ligadas ao direito e à justiça da criança e do adolescente; a exploração do trabalho infantil; e a mortalidade infantil. Dos três temas, dois merecem destaque. Com base em dados da pesquisa anual “Estado das Crianças do Mundo”, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) elaborado em 2010, O estado do Piauí tem o maior percentual de crianças de 5 a 14 anos trabalhando.

A pesquisa revela que, da população nesta faixa etária, 11% trabalha enquanto que no Brasil, chega a 5%. Rosângela Lucena, responsável pelo combate ao trabalho infantil no Piauí, tanto o Estado quanto os municípios estão empenhados em minimizar esses dados. De acordo com Rosângela, “Alguns municípios têm inovado, criado programas para envolver jovens em outras atividades, como campeonatos de dança e de futebol. (...) é preciso superar essa problemática com educação e atividades socioculturais.” No entanto essa realidade não foi representada nas páginas dos jornais.

Já a mortalidade infantil, mesmo com um declínio nos últimos dez anos, é uma constante nas regiões do Nordeste. No Piauí, o índice em 2010 chegou a 27,20 mortes



por mil nascimentos, de acordo com informações do IBGE do Piauí<sup>5</sup>, enquanto que no Brasil o índice é de 19,88 mortes por mil nascimentos. Mesmo com altos índices, o Brasil conseguiu subir nove posições no ranking internacional de mortalidade infantil nas últimas duas décadas e está caminho de cumprir uma das metas do Milênio da Organização das Nações Unidas (ONU) que é a diminuição da mortalidade infantil em dois terços até 2015. Por esses motivos estranha muito o fato de nenhum jornal se manifestar em relação a exploração do trabalho e a mortalidade infantil no Piauí.

### **Considerações**

Pesquisar a visibilidade proporcionada a certos temas na mídia impressa, em especial quando retratam o universo infanto-juvenil, significa identificar informações que estão além do que parece óbvio na visão do senso comum. Temos a tarefa não apenas de quantificar dados, mas de tentar explicar que, quantidade não implica necessariamente um aumento na qualidade da cobertura. Nosso esforço foi centralizado na identificação de como as matérias que retrataram as crianças e os adolescentes foram quantificadas e classificadas quanto ao seu comprometimento e sua contextualização realçando as diferenças e similaridades existentes entre os periódicos.

A partir dos resultados da pesquisa observou-se que o jornal Meio Norte apresentou uma cobertura centrada no quantitativo. Foi o que mais publicou informações sobre o universo infanto-juvenil e o que menos se preocupou em contextualizar e denunciar a problemática que envolve esse segmento da sociedade. Temas como: sexualidade, deficiência, exploração do trabalho infantil e drogas, não foram trabalhados pelo impresso. Das 38 notícias publicadas, nenhuma tentou buscar soluções para os problemas tratados. Observamos que o jornal Meio Norte ainda esbarra em um tipo de reportagem descomprometida com a mudança social. Um jornalismo pautado em relatar o factual e não a busca de respostas para tais acontecimentos.

Já no jornal O Dia verificamos uma melhor qualidade, mesmo que tímida, ao relatar a infância e a juventude. Em 37,5% das matérias publicas pelo impresso, houve uma preocupação em contextualizar os fatos, denunciar (quando foi o caso) e buscar soluções para os problemas enfrentados. O desempenho melhor em relação ao Meio

---

<sup>5</sup> Dados extraídos da Rede Humaniza SUS. Disponível em: <http://redehumanizasus.net/10333-mortalidade-infantil-no-piaui-cai-25-em-dez-anos>. Acesso em: 25 abr. 2011.



Norte, foi motivado principalmente pela apresentação das questões relativas às drogas e sexualidade, além de um tratamento mais aprofundado das temáticas que versam sobre meio ambiente, deficiência e saúde.

O desempenho do jornal Diário do Povo foi, em termos qualitativos, o melhor em relação aos outros dois impressos. Das 19 matérias publicadas durante o período analisado, quase 65% (correspondente a 12 notícias) buscou realizar uma cobertura consistente de causas, efeitos e soluções para a comunidade. Além disso, foi o único a explorar as “pautas ocultas” como as questões ligadas ao aborto e a Aids, mas pecou ao não publicar a temática sobre o abuso e a exploração sexual. Vale destacar também que no período analisado o impresso publicou dois artigos relacionados ao universo infanto-juvenil.

A partir das análises, ficou evidenciado que, é notório que a monitoração das práticas jornalísticas a partir da criação do ECA, evitou a superexposição de crianças e adolescentes na mídia. Termos pejorativos como “menor infrator” “delinqüente” e outros, não são mais utilizados pelos diários. Quando foi retratado a criança ou o adolescente como o agente da violência, esses termos foram substituídos pelo indicativo “menor”, seguido das iniciais do autor dos atos infracionais. Em nenhum momento os impressos feriram o Artigo 143 do ECA no qual proíbe qualquer forma de identificação da criança e do adolescente envolvido em ato infracional.

Mas só isso não basta. Observamos que as matérias, de um modo geral, são desprovidas de contextualização; não há busca de soluções. O que deveria ser exceção é a regra e o factual predomina. Alguns dos motivos para isto pode estar ligado aos próprios critérios de noticiabilidade discorrido por Wolf (2001). As empresas de comunicação tendem a atender uma lógica própria do mercado. Uma matéria diferente da dos concorrentes, pode não atrair, o público alvo pode não entendê-la.

Com estes resultados, chegamos as primeiras aproximações de como os impressos se comportam ao retratar o universo infanto-juvenil em suas páginas. Funcionando com organizador da desordem e como fornecedor de uma determinada visão do mundo para que o público oriente sua ação, a imprensa piauiense precisa aprimorar a cobertura dessa temática, trazendo novas abordagens e perspectivas que até o momento não foram ofertadas aos leitores. Com a finalização desse estudo acreditamos que há possibilidades



de uma reflexão conjunta (mídia – sociedade – academia) em torno de novos modos de fazer jornalismo quando retratamos a criança e o adolescente.

## Referências

ANDI. Comunicação e Direitos. **Infância na Mídia**: a criança e o adolescente no olhar da imprensa brasileira. 2005. Disponível em: < <http://www.andi.org.br/>>. Acesso em 15 jan. 2011.

APASE. Sindicato dos Supervisores do Magistério no Estado de São Paulo. **O Estatuto da Criança e do Adolescente**, 2009. Disponível em: <<http://www.sindicatoapase.org.br/docs/Palestra%20ECA01.doc>>. Acesso em 6 abr. 2011.

BIRD, S. Elizabeth; DARDENNE, Robert W. **Mito, registro e ‘estórias’**: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"**. Lisboa: Veja, 1999.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescentes e dá outras providências. Brasília, 13 de julho de 1990. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm)>. Acesso em 15 de abr. 2011.

CLICAPIAUI. **Piauí lidera trabalho infantil em todo Brasil**. Disponível em: < <http://www.clicapiaui.com/geral/27292/piaui-lidera-trabalho-infantil-em-todo-brasil.html>>. Acesso em 20 de abr. 2011.

CÓDIGO DE MENORES DE 1927. **Lei nº 17943 – A**, de 12 de outubro de 1927.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Estado das Crianças do Mundo**. Disponível em: <<http://www.unicef.org.br/>>. Acesso em 20 de abr. 2011.

GARRIDO, Paulo Afonso. **Memória Vida do Estatuto**. Disponível em: < <http://www.promenino.org.br/>>. Acesso em 6 abr. 2011.

HERSCOVITZ, Heloiza. **Análise de conteúdo em jornalismo**. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (org.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007.

MEDINA, Cremilda. Notícia, um produto à venda: **jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial**. 2.ed. São Paulo: Summus, 1988.

MOTTA, Luiz Gonzaga. O trabalho simbólico da notícia. **COMPÓS, 2002, Recife (PE)**. XII Reunião Anual da COMPÓS, 2002.

PEREIRA, Rosemary Ferreira de Souza. **Movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente**: do alternativo ao alternativo. São Paulo: PUC-SP, 1998.



Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.

RIBEIRO, Efrém. **Mortalidade infantil no Piauí cai 25% em dez anos**. Disponível em: <<http://redehumanizaus.net/10333-mortalidade-infantil-no-piaui-cai-25-em-dez-anos>>. Acesso em 20 de abr. 2011.

TRAQUINA, Nelson. **As Notícias**. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*. Lisboa: Veja, 1999.

TUCHMAN, Gaye. **A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas**. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*. Lisboa: Veja, 1999.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 6. ed. Lisboa: Presença, 2001.